

Título: Por uma indispensável matriz de construção de decisões judiciais da corte constitucional em matéria de direitos socioeconômicos no Brasil

Autor(es) Eliana Pulcinelli

E-mail para contato: vanicevalle@gmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Jurisdição Constitucional; Constitucionalismo de Transformação; Direitos Socioeconômicos; Matriz de Decisão

RESUMO

A pesquisa tem como objeto a proposição de uma matriz de construção de decisões judiciais em matéria de direitos socioeconômicos no Brasil nas ações de controle de constitucionalidade. O objetivo da pesquisa científica é demonstrar que se faz necessário revestir a decisão judicial de estrutura para que o Poder Judiciário, nomeadamente, a Corte Constitucional, funcione como agente transformador da realidade social. Justifica-se a proposta de pesquisa na verificação concreta de que a aplicação da matriz individual assecuratória unicamente de prestações estatais positivas atua sob o prisma da microjustiça, mas não se mostra apta a promover a referida transformação social. Desta forma, a tese se estrutura a partir do conceito de constitucionalismo de transformação e o papel do Judiciário nesse contexto transicional, passando pela evolução do constitucionalismo pós-45; as teorias em torno do conceito de Constituição, especialmente no que tange ao primado da Carta Fundamental e a sua força normativa; a reconstitucionalização e a mutação dos paradigmas constitucionais no desenrolar do Século XX e a judicial review como exercício do controle de constitucionalidade. Destarte, ganha relevo a abordagem acerca da miríade de teorias sobre o conceito de constitucionalismo – tipos históricos e modelos de constitucionalismo, assim como as teorias da democracia –, nomeadamente o Constitucionalismo de Transformação (aspectos históricos e características conceituais). A partir dessa análise, importante enfrentar as possíveis relações entre o Constitucionalismo de Transformação e o Constitucionalismo Dirigente, realizando uma abordagem crítica sobre tais teorias para, ao final, avaliar a Constituição brasileira e a sua pauta de valores substantivos para questionar qual o papel conferido ao Poder Judiciário pátrio sob o prisma do Constitucionalismo de Transformação (outorgas e limites). Para tal intento, imprescindível discorrer sobre a nova conformação da separação de poderes, desde o sentido clássico de especialização de funções até o mais moderno, de interdependência como meio de refinamento do controle. A presente pesquisa envolverá o estudo da jurisdição constitucional destinada à tutela dos direitos socioeconômicos e o ideal de justiça social. Isso porque, como se vê hodiernamente a origem da jurisdição tradicional francamente individualista, não vem servindo à transformação social. Daí a importância da conciliação entre microjustiça e macrojustiça e, nesse viés, há de se analisar o cenário brasileiro no campo da judicialização de direitos socioeconômicos; contrapor o formato de tutela individualista (microjustiça) e o ideal de máxima efetividade dos direitos sociais, assim como examinar a descaracterização do potencial transformador da realidade social dos direitos socioeconômicos pela adoção deste formato. A conclusão que se pretende apresenta é a proposição de um modelo de decisão judicial em matéria de direitos socioeconômicos no Brasil nas ações de controle de constitucionalidade. Um modelo integrado de elementos metodológicos e teóricos indispensáveis – que transcendem a mera exigência de fundamentação exigida pelo art. 93, IX, da CR/88 –; elementos estes destinados a tornar tal decisão judicial apta à promoção dos direitos socioeconômicos, mas com a garantia, tando de uma coerência interna na tutela prestada pela Corte Constitucional, como entre as decisões proferidas. O modelo proposto deve contribuir, pois, para a segurança jurídica e o fomento não apenas do diálogo institucional, como do diálogo social e, em última análise, para a promoção da transformação social, tarefa adjudicada também ao Poder Judiciário.